

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO**(AUDIÊNCIA PÚBLICA)****REQUERIMENTO Nº /2022****(Do Sr. PEDRO UCZAI)**

Requer que seja realizada, pela Comissão de Educação, Audiência Pública para debater a situação da modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais requero, ouvido o Plenário desta comissão, sejam convidados a comparecer a este órgão técnico, em reunião de audiência pública a ser intitulada **“EJA - Um diagnóstico necessário para o atendimento do direito à educação”**, a realizar-se em data a ser agendada, representantes dos seguintes órgãos, instituições e colegiados:

Mesa 1: Apresentação do diagnóstico e problematização pelos movimentos sociais e instituições de pesquisa:

1. Representante dos Fóruns de EJA do Brasil.
2. Representante da Central Única dos Trabalhadores.
3. Representante da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (GT 18).

Mesa 2: Apresentação do diagnóstico e problematização pelo Ministério da Educação e instituições de pesquisa:

1. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI/MEC.
2. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC/MEC.
3. Representante Instituto de Estudos Avançados – IdEA – Unicamp.



JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição surgiu da necessidade de apresentar um diagnóstico sobre a demanda social pela Educação de Jovens e Adultos no Brasil (EJA), em articulação com os Fóruns de EJA do Brasil, que constituem um movimento nacional de educadoras e educadores, estudantes, gestores e gestoras, pesquisadores e pesquisadoras da Educação Básica e do Ensino Superior, movimentos sociais, ONGs e movimentos sindicais que atuam em defesa do Direito à Educação das pessoas jovens, adultas e idosas (EJA), desde o ano de 1997.

Essa audiência pública tem como objetivos problematizar quantitativa e qualitativamente a EJA como direito constitucional no Brasil; e indicar ações que qualifiquem a pesquisa contínua com foco na intersetorialidade das políticas sociais.

No Brasil do século XXI, ainda temos onze milhões de pessoas acima de 15 anos de idade que não foram alfabetizadas - 70 (setenta) milhões de pessoas jovens, adultas e idosas, que não concluíram a Educação. Neste montante estão as doze milhões de pessoas desempregadas, quarenta milhões no trabalho informal, outras em várias formas de trabalho escravo; trinta e três milhões de pessoas que passam fome. Essas pessoas compõem a demanda de Educação de Jovens e Adultos (EJA) e materializam a desigualdade no Brasil.

A EJA representa o direito à educação do povo pobre, majoritariamente negro, que vive no campo e nas periferias do Brasil, a exemplo dos quilombolas, indígenas, ribeirinhos, privados de liberdade, sem-terra, sem teto, trabalhadores desempregados, trabalhadores que vivem na informalidade, em situações de rua, mulheres, pessoas com deficiências, população LGBTQIA+ e das juventudes, que têm em comum a condição de classe trabalhadora.

Ao mesmo tempo, a oferta de Educação de Jovens e Adultos não atinge 5% desta demanda e as matrículas foram reduzidas cerca de 50%, entre 2007 e 2020. O Censo escolar de 2022 revela que o total de alunos na EJA caiu de 3.545.988 em 2018 para 2.774.428 em 2022. Uma diminuição de 22%, mais



pronunciada no Ensino Médio (25% de queda) do que no Ensino Fundamental (20%).¹